



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

### Rogério de Souza Farias

Universidade de Brasília, Instituto de  
Relações Internacionais, Brasília – DF,  
Brazil (rofarias@gmail.com).



ORCID ID:  
[orcid.org/0000-0001-6678-0984](https://orcid.org/0000-0001-6678-0984)

## A esfinge reexaminada: o Barão do Rio Branco e a política doméstica

### The sphinx reexamined: the Baron of Rio Branco and domestic politics

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20002>

Recebido em 3 de dezembro de 2018

Aprovado em 3 de março de 2019

#### Resumo

O artigo examina a obra “Juca Paranhos” de Luís Cláudio Villafañe (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p), focando nos aspectos relacionados à política doméstica do barão do Rio Branco.

#### Abstract

The article examines the book “Juca Paranhos” by Luís Cláudio Villafañe (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p), focusing on aspects related to the baron of Rio Branco’s domestic politics.

**Palavras-chave:** História da Política Exterior do Brasil; Barão do Rio Branco; Política Externa da Primeira República; Biografia.

**Keywords:** History of Brazilian Foreign Policy; Baron of Rio Branco; Brazilian Foreign Policy under the First Republic; Biography.

“O Rio Branco é uma esfinge (...) Ninguém o penetrou nunca”. Joaquim Nabuco (apud Santos: 2018, 398).

“Quanto mais se elogia Rio Branco no Itamaraty, mais se desprezam os seus ensinamentos. Forma curiosa de idolatria”. Maurício Nabuco (Nabuco: 1946)

**E**m 1º de dezembro de 1902, o galeão D. João VI aproximava-se lentamente do Cais Pharaoh. A calma do mar contrastava com a confusão em terra. Segundo matéria do jornal O Paiz,

toda a gente se fez representar, todas as classes revelaram o seu interesse, o seu aplauso,

#### Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



trouxeram o seu concurso, em pequenas e muitíssimas parcelas, tornando grandiosa e sem precedentes a recepção do nosso compatriota. (...) O entusiasmo dos moços, o delírio de toda a sociedade congregada na mais legítima e nobre representação na disputa das provas de afeto e satisfação pela boa vinda do diplomata exímio e grande triunfador (...) (1902).

O “patriota” e “diplomata exímio” era José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, que chegava ao Brasil para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores na administração Rodrigues Alves. A afeição da população decorria da ação do diplomata em dois contenciosos que definiram questões fronteiriças relevantes – as de Palmas e do Amapá. Até 10 de fevereiro de 1912, ele permaneceria à frente do órgão colecionando mais vitórias, na mais bem-sucedida gestão da diplomacia brasileira.

Louvado em vida, Rio Branco foi canonizado civicamente após a morte – encômios, nome de rua, estampa de moeda, etc. Poucas figuras na história brasileira mereceram atenção equivalente. O Brasil, desde 1912, transformou-se incessantemente. Mesmo assim, a admiração por Rio Branco permaneceu, sempre se encontrando em sua vida o reflexo de nossos ideais, inseguranças e crenças institucionais e pessoais. Pela sua relevância no campo da política externa brasileira, sua ação diplomática sempre foi alvo de interesse de estudiosos.

Em 2018, foi lançada a mais sofisticada reflexão já realizada sobre a vida e a obra de Rio Branco: *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*, de autoria de Luís Cláudio Villafañe G. Santos. O volume é o objeto desta resenha, que terá como foco o papel do próprio barão na construção de sua memória, utilizando como estudo de caso sua relação com a política doméstica. As duas dimensões são aspectos centrais tanto dos problemas da historiografia como dos avanços realizados por Villafañe. Ao final, procurarei apresentar as particularidades do arquivo de Rio Branco.

## O desembarque

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, às 11:50 de 1º de dezembro de 1902, o barão do Rio Branco seguiu em um landau para o Palácio do Catete, onde encontrou o presidente. O trajeto foi descrito pela imprensa como uma marcha vitoriosa. Às 13:30 Paranhos retornou ao centro, chegou ao Clube Naval e dirigiu-se para seu salão nobre, onde proferiu seu primeiro discurso público. Suas palavras não foram escutadas em decorrência do barulho (o repórter de *O Paiz* registrou somente que o homenageado agradeceu todas as manifestações). Mesmo assim, é relevante examinar o registro do pronunciamento de quatro páginas, redigido em sua distinta e impenetrável caligrafia (AHI 876-3-1), pois indica tanto a imagem que Rio Branco desejava projetar de si mesmo como os desafios e os objetivos de sua gestão.

O barão via-se como pessoa retirada do convívio social, atuando no “remot[o] gabinete de trabalho”. Vivera vinte e seis anos no estrangeiro e reputava seu sucesso profissional como decorrente de ter agido fora da “parcialidade política” e de ter se apoiado em causas inteiramente identificadas com as do povo brasileiro. Destacou que, em 1876, adotou como objetivo não mais lidar com a política doméstica. Foi nesse contexto que compartilhou sua opinião de que o Ministério das Relações Exteriores

não era nem deveria “ser uma pasta de política interna” e de que saíra do seu exílio voluntário para servir ao Brasil e não a partidos políticos.

O pronunciamento repetiu uma visão que o diplomata já propalara anteriormente a interlocutores no Brasil. Ele apresentava tanto sua autoimagem de personalidade reclusa como seus desejos de afastar sua pasta da política interna. Autoimagem e intenção não são necessariamente evidência crível da realidade, como todo bom historiador sabe. Apesar disso, seguidas gerações de estudiosos, profissionais e diletantes, caíram nas armadilhas do passado. Elevou-se a figura do barão a um nível de grandeza que foram ofuscados os constrangimentos institucionais, políticos e sociais domésticos em que operou. A maior contribuição de Luís Cláudio, na minha opinião, foi ter desembarcado dessa prisão analítica, no esforço mais amplo já realizado de retirar o biografado do campo da hagiografia e o analisar à luz mais desapassionada, ainda que muitas vezes utilizando o mesmo conjunto de fontes que seus antecessores. É particularmente interessante notar como o próprio autor evoluiu em suas interpretações se considerarmos os seus últimos volumes – destaque, em particular, o tratamento da tese de “Aliança não escrita” (Santos: 2010, 186-90; Santos: 2012b, 11).

Algumas observações devem ser citadas sobre o “novo” Rio Branco: foi historiador parcial, apresentando produtos claramente voltados para seus interesses políticos; sua indisciplina era inadequada para o exercício de várias pretensões profissionais; sua insatisfação com relação a superiores e colegas comumente era equivocada e sem fundamento; foi crítico de vários de seus antecessores, como Duarte da Ponte Ribeiro, chamado de “trapalhão”; foi pouco generoso em reconhecer o apoio de colaboradores em suas vitórias; como seus antecessores e sucessores no cargo de ministro das Relações Exteriores, usou fartamente recursos públicos para comprar a imprensa (Santos: 2018, 52, 74, 225, 33, 36, 39, 45, 302). O espaço concedido aos detratores do Barão na biografia é uma prova desse equilíbrio maior, ainda que alguns episódios pudessem ser mais bem explorados, como o Incidente Piza.

Do ponto de vista da construção do indivíduo, também temos novidade. Um dos principais obstáculos na análise biográfica é partir da premissa que indivíduos nasceram acabados, sem mudanças substantivas de personalidade, crenças e capacidades. O volume *Juca Paranhos*, conseguiu fugir desse problema ao demonstrar como Rio Branco evoluiu ao longo de sua vida. O autor apresenta a biografia do barão como uma mistura de talento e acaso, em uma trajetória de transformações que ajustaram tanto a forma como se portava (sua timidez) como suas preferências políticas (Santos: 2018, 196-8).

A questão crucial, na minha opinião, é como o autor retira Rio Branco do pedestal, especialmente quando examinada sua gestão como ministro das Relações Exteriores. Em quase nenhum momento, Rio Branco teve a mão livre ou atuou sem constrangimentos. Por isso a relevância de estudar sua atuação na imprensa – aspecto examinado anteriormente por Villafañe e a ser apreciada pela resenha a ser publicada por Maurício Santoro (Santos: 2012a).

Entre uma das reclamações que Luís Cláudio certamente escutará será a ausência de notas de rodapé. A justificativa dada foi o público-alvo do volume, o número excessivo que seriam e a forma como impediriam uma leitura mais fluída (Santos: 2018, 16). Tal decisão editorial é ruim para os pesquisadores. Seus dois antecessores, Luís Viana Filho e Álvaro Lins, apresentaram obras

direcionadas para um público igualmente amplo e, ainda que limitadas, não se olvidaram de apresentar um referenciamento mais específico (Lins: 1996; Viana Filho: 2008). Neste mesmo ano de 2018, a biografia de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), publicada pela mesma Companhia das Letras, redigida por um jornalista e também voltada para um público mais amplo, conta com quase cem páginas de notas de rodapé (Figueiredo: 2018, 389-488).

Essa ausência fragiliza o trabalho, pois ao discutir a literatura, mesmo o leitor menos leigo não consegue avaliar a credibilidade relativa dos argumentos. Isso pode ser observado, por exemplo, no episódio da escolha de Paranhos para o cargo de cônsul em Liverpool. Villafañe argumenta que Dom Pedro II tinha resistência à nomeação em decorrência da vida boêmia do candidato. A única nota dissonante ficaria por conta de José Honório Rodrigues, que apresentaria a resistência do imperador como decorrente de uma preferência por outro candidato. O autor então afirma: “As evidências indicam, no entanto, que nesse caso o eminente historiador fez uma avaliação equivocada” (Santos: 2018, 92), mas não somos informados adequadamente sobre essas fontes, o que abranda o peso de sua tese. Resta-nos a possibilidade que uma futura reedição complemente essa lacuna.

## A esfinge

Ao elevar sua figura de Rio Branco como estudioso dos problemas brasileiros, preso em seu gabinete em regime ininterrupto de trabalho, acaba-se esquecendo que foi um grande e habilidoso político e extremamente cuidadoso em definir, projetar e proteger sua imagem pública – o que naturalmente torna desafiador o trabalho do pesquisador.

Dizia-se afastado da política doméstica e fechado com seus alfarrábios. Mesmo estando quase oito anos no Rio de Janeiro como ministro das Relações Exteriores, repetia a seus interlocutores que se separara da política doméstica ao ter assumido o consulado em Liverpool. Suas negativas aceleraram-se com a campanha sucessória de Afonso Pena, quando seu nome foi cogitado para a Presidência. Rio Branco afirmou faltarem-lhe “as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos”. A Rui Barbosa, afirmou estar “velho e cansado” para sair da “vida de retraimento” que ia levando para mergulhar “nas lides da política interna”. Mesmo a José Carlos Rodrigues, um das pessoas mais próximas, indicou que nunca ninguém o vira “cortejar” os chefes políticos e governadores (Santos: 2018, 254, 435, 7 e 9). Na sua conclusão, Villafañe demonstra o poder que essa interpretação teve na literatura:

A visão convencional mostra um Rio Branco arredio e distante, fechado em si mesmo, que sempre é retirado quase à força de seu isolamento por outros que, espontaneamente, lembram-se de suas extraordinárias qualidades. Contra a vontade, por patriotismo, o herói relutante se vê obrigado a aceitar as missões que lhe são confiadas, sem buscar recompensas ou homenagens. O discurso em torno de Rio Branco, ademais, projeta seu total alheamento da política interna, tratada como esfera absolutamente independente da política externa, na qual ele teria desfrutado de total autonomia decisória (Santos: 2018, 476).

Talvez não exista síntese mais completa do pobre estado analítico da nossa academia sobre o tema. Parte da dificuldade, como veremos, decorre da própria atuação de Rio Branco em cobrir suas pistas. Villafañe, no entanto, apresenta as diversas facetas do jogo de duplicidade do biografado. Para isso, demonstrou como é equivocada a ruptura entre o doméstico e o externo. Primeiro, ao sair do Brasil para o exterior Paranhos não abandonou de vez o país. Aliás, ao contrário do que muitos julgam, o Barão retornou ao Brasil três vezes – uma em 1880, ano do falecimento do seu pai, outra em 1883, para buscar sua mãe e parentes para levá-los à Europa, e por fim a viagem de 1887, para lidar com mais um incidente familiar (Santos: 2018, 109, 14 e 18).<sup>1</sup> Segundo, continuou atuando na imprensa, muitas vezes diretamente, por artigos assinados sob pseudônimos. O mais importante, no entanto, foi sua vasta rede de correspondentes brasileiros. Examinando esse fluxo do final do período imperial até a administração Campos Sales, Luís Cláudio indica como Rio Branco ao mesmo tempo que se manteve próximo de seu círculo de amigos monarquistas, tratou de costurar produtivo relacionamento com a nova ordem republicana – de Floriano Peixoto a Rodrigues Alves (ver como exemplo Santos: 2018, 159). Terceiro, sua posição na carreira consular sempre esteve ameaçada por concorrentes e o contato com os poderosos do dia era essencial para garantir sua sinecura – daí sua sede por informações políticas e suas recorrentes ações para agradar os poderosos do dia.

Não é de hoje que há evidências da atividade de bastidores de Rio Branco. Isso já era observável na década de 1970, quando a Biblioteca Nacional publicou a correspondência passiva do jornalista José Carlos Rodrigues, dono do *Jornal do Commercio* (Rodrigues: 1970). Desde 1895, podemos acompanhar o Barão importunando seu amigo para publicar artigos sob promessa de ineditismo e até exercendo sugestões editoriais – como no caso do laudo de Berna, “É melhor não citar, porque o público pensará que perdemos alguma coisa”. Ele preocupava-se com a “intriga” sobre sua vida profissional, como confessou em carta de Paris de 11 de novembro de 1898, e com os seus “inimigos gratuitos”, como atestou pouco mais de um ano depois.

Na biografia, temos dois episódios interessantes na questão da duplicidade calculada do Barão sobre como sua imagem deveria ser construída. O primeiro é, novamente, o caso do laudo arbitral da Confederação Suíça. Antes mesmo de receber oficialmente o resultado, ele enviou ao Rio de Janeiro uma torrente de propaganda sobre seu feito, com recomendações editoriais bem precisas sobre o tom laudatório que deveria ser utilizado. O segundo é o casamento de uma de suas filhas com um nobre alemão. Ainda que inicialmente tivesse dissuadido publicações na imprensa, “afinal venceu a vaidade e o próprio Paranhos municiou a imprensa carioca com um relato detalhado” (Santos: 2018, 241 e 51).

A grande questão que faltava era a política interna em si. E, aqui, o livro novamente não decepciona.

---

1 Na página 163, Luís Cláudio afirma que “Paranhos estava fora do Brasil havia mais de quinze anos” quando escolhido para atuar na questão de Palmas nos Estados Unidos, o que não é muito preciso (Santos: 2018, 163). Ele já havia feito tal consideração anteriormente (Santos: 2012b, 71).

## A batalha cotidiana

Villafañe habilmente indica como a Primeira República foi regime pulverizado em termos de poder, em que governadores exerciam grande influência (Santos: 2018, 287). Ele segue, portanto, tendência historiográfica mais moderna que observa a política dos governadores, o arranjo político implementado na gestão Campos Sales, como um equilíbrio imperfeito, sujeito a crises e com elevado custo de manutenção. Essa natureza instável e o elevado peso federativo não deixaram de influenciar a política externa. O autor apresenta, portanto, como é equivocada a “ilusão de autonomia dos negócios internacionais em relação à política interna” (Santos: 2018, 286). Seria uma aspiração do barão e não o reflexo da realidade do período.

A arquitetura do livro demonstra sensibilidade com os imensos obstáculos na política doméstica que Rio Branco enfrentou ao chegar ao Brasil. Villafañe optou por inverter a ordem cronológica, deixando para o capítulo 22 a apoteótica recepção no Rio de Janeiro no final de 1902 e apresentando nas vinte páginas do capítulo 21 a furiosa oposição do Correio da Manhã e de outros críticos ao diplomata que acabava de chegar ao Brasil (Santos: 2018, 261). Esta última parte, crucial para a compreensão de sua gestão, é minimizada na literatura, o que leva a narrativas incongruentes, como a biografia de Álvaro Lins (Lins: 1996).

O próprio exame do cotidiano pelos jornais da época demonstra como Rio Branco esteve preso aos ditames da política doméstica e muito longe de ficar recluso em seu gabinete. Uma semana após chegar ao Rio de Janeiro, já almoçava no Hotel Globo com os senadores Rui Barbosa e Antonio Azeredo. No dia seguinte, foi a vez de confabular com donos de veículos de imprensa. Visitou, então, o Senado Federal e todo o edifício da Câmara dos Deputados. A Gazeta de Notícias informou: “Não seria para estranhar que essa visita apressasse a discussão do tratado de extradição com os Estados Unidos, tratado que há muito tempo dorme na Câmara.” Poucos dias depois foi votado. Ainda que tentasse permanecer por longo período de tempo em Petrópolis e orientasse Pecegueiro do Amaral, seu primeiro assistente, a ser uma barreira para os que o procuravam em audiência, não conseguiu o isolamento almejado.

Para os familiarizados com a parte de correspondência do arquivo do barão, percebe-se que a tentativa de afastamento era aspecto importante de seu dia a dia. Em 7 de dezembro de 1903, por exemplo, escreveu ao senador Pinheiro Machado para desmentir o boato que havia comprado o jornal Correio da Manhã e cedido o veículo para a propaganda dos federalistas do Rio Grande do Sul. Segundo ele: “Voltei ao Brasil com o propósito de me não envolver com cousas da política interna”.<sup>2</sup> Augusto César Lopes Gonçalves, político do Amazonas, designado em 1904 por Rodrigues Alves para representar o seu estado na Exposição Universal de St. Louis, demandou do barão, no primeiro semestre de 1903, o exercício de sua influência sobre o processo de verificação de poderes dos candidatos eleitos. O barão rapidamente respondeu que se mantinha “fora das cousas da política interna”.<sup>3</sup>

2 De José Maria da Silva Paranhos para Pinheiro Machado. Petrópolis, 7 de dezembro de 1903. Lata 828. Maço 3. AHI-RJ.

3 De Rio Branco para Lopes Gonçalves. Petrópolis, 11 de maio de 1903. Lata 825. Maço 2. AHI-RJ.

São, no entanto, bem mais abundantes e volumosas as movimentações no sentido contrário, sendo admirável o fato de tal aspecto ser minimizado na literatura. Alguns casos devem ser ressaltados, a título de exemplificação.

Uma dimensão essencial da política doméstica do Barão foi seu relacionamento com a imprensa. Esse aspecto é sempre tratado de forma elogiosa, ou até divertida – como as tintas exageradas de Luiz Edmundo (Edmundo: 2003, 562-5). Os aspectos menos conhecidos desta relação são observáveis pela ação de seus assessores. Em fevereiro de 1904, no meio das negociações da questão do Acre, Pecegheiro do Amaral informou a Luiz Bartholomeu, da Tribuna, que o barão do Rio Branco solicitava que seu veículo parasse de reproduzir as notícias de outros jornais sobre o tema, pois “não interessam à opinião pública”, o ministério não tinha verba para custeá-las e pelo volume geravam desconfiças nos leitores. Ele concluiu: “Quando houver artigos a transcrever, serão eles expressamente enviados deste gabinete” (Amaral: 1904). Há, portanto, uma constante preocupação com a opinião pública, com a forma como a ação diplomática brasileira era recepcionada na política doméstica e, acima de tudo, em esconder as pegadas dessa atividade. Para Rio Branco, o primeiro dever de um estadista era “procurar guiar a opinião pública e impedir que ela se transvie” (Santos: 2018, 303). Esse foi o princípio que guiou sua ação tanto no plano do jornalismo como da política de bastidores entre 1902 e 1912 – e é abraçada por muitos burocratas na Esplanada dos Ministérios hoje em dia. Aos olhos atuais, contudo, a tese de um burocrata iluminado que tem o dever de guiar a população seria considerada um tanto autoritária.

Se Rio Branco desembarcou no Brasil como homem de consenso e acima da baixa política, o que explicaria essa obsessiva intervenção sobre a opinião pública? A razão, como bem demonstra a biografia, particularmente no tópico do Tratado de Petrópolis, estava na falta de autonomia da pasta que comandava e na dependência que tinha de outros órgãos para tentar implementar suas prioridades. Ele precisava elevar seu orçamento, aprovar difíceis instrumentos internacionais no parlamento, acompanhar a movimentação de tropas, influenciar a aquisição de armamentos, entre outras atividades. Necessitava até da colaboração do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro – seus caminhões eram utilizados para transporte de bagagens de hóspedes ilustres.

O livro abre, assim, uma porta para o questionamento mais amplo sobre a estrutura política em que Rio Branco operava. Um bom exemplo é a relação com Rodrigues Alves. O que observamos na documentação é a profunda reverência e respeito de Rio Branco ao presidente. Em carta ao político paulista Adolfo Gordo, confessou que o desejo do parlamentar, em um caso particular, só poderia ser viabilizado “depois de ter eu o consentimento do presidente, sem o qual nada posso fazer” (Rio Branco: 1904).

Na relação entre ministro e presidente, Luís Cláudio avança mais que Vianna Filho, Álvaro Lins e Afonso Arinos (ver Franco: 2000, 339-99). Deixa, no entanto, caminho a ser trilhado por futuros pesquisadores para uma análise global da relação entre o barão e os presidentes a quem serviu.

Neste último tópico, cabe apresentar o tema da sucessão de Afonso Penna. Como se sabe, a proeminência de Rio Branco levou seu nome a ser informalmente lançado para ocupar a Presidência da República. A questão é tratada à exaustão pela literatura, mas Luís Cláudio demonstra como Paranhos participou ativamente das conversas eleitorais que lançaram Hermes da Fonseca, estando

longe de ser um expectador distante e desengajado (Santos: 2018, 439). O exame da relação de Rio Branco e Penna enterra de vez a tese de que tenha se distanciado da política doméstica. Na carta que Rio Branco escreveu a Edmundo Veiga, genro e assessor do presidente, em 29 de fevereiro de 1908, por exemplo, observamos o diplomata interferindo diretamente sobre a sucessão da presidência da Câmara dos Deputados, em um jogo político que envolvia Francisco Veiga, João Pinheiro, Carlos Peixoto, Pinheiro Machado e a imprensa carioca. No caso de Carlos Peixoto, em outra carta, o barão convidou seu interlocutor a conversar discretamente no Itamaraty, mas com toda cautela para que “os repórteres” não publicassem de imediato o fato de terem “uma conferência política” (Rio Branco: 1908). Novamente observamos, portanto, o esforço para encobrir suas pegadas.

E qual a distância que o barão conseguiu implementar na relação entre o Itamaraty e a política doméstica? Villafañe indica que ele nunca esteve em uma torre de marfim, dissociado da vivência patrimonial do Estado brasileiro. Nota que “nem só de assuntos de Estado se ocupam as altas autoridades” (Santos: 2018, 84). O seu livro vai muito mais além do que essa relevante afirmação. Subjacente ao seu argumento está a tese de que o tratamento adequado dos assuntos da baixa política é essencial para o sucesso nos grandes temas do Estado. Até a escolha de Rui Barbosa e Assis Brasil para a delegação que negociaria o tratado do Acre teria decorrido do cálculo político doméstico (Santos: 2018, 325).

O acervo documental do Rio Branco é riquíssimo para os interessados nesse domínio, que pode ser explorado de maneira semelhante à realizada por José Murilo de Carvalho no acervo de correspondência de Rui Barbosa (Carvalho: 2000). O barão era constantemente assediado por pedidos das mais diversas naturezas encaminhados por múltiplas vias. Uma carta de uma senhora desvalida do interior de São Paulo, por exemplo, veio com um poema:

Em hora de grande angústias,  
Sendo uma estranha, para ti,  
Escutastes a minha voz,  
Interessando-te por mim

Duarte: 1903

As histórias de vida apresentadas nesses documentos são pungentes. Júlia Costa, uma pobre senhorita do Ceará que terminava o 3º ano da Escola Normal, vivia com duas tias (uma de 89 anos) e “cercada de privações”. Ela lamentou: “Aqui no Ceará sem proteção nada se consegue” (Costa: 1903). Não era uma particularidade do coronelismo nordestino. A busca por proteção e a troca de favores pela patronagem estava no âmago da política federal. No caso do Itamaraty, é ainda difícil identificar um padrão que explique como essas demandas eram lidas e atendidas. Em 1902, um presidiário em Pernambuco solicitou a intervenção do barão junto ao governador para obter o perdão da sua sentença. Neste caso, o diplomata tomou a iniciativa de interceder e solicitar o deferimento do pedido. No mesmo dia, Rio Branco pediu a Lauro Muller, seu colega de gabinete, a transferência de um telegrafista de Uberaba para Sergipe ou Alagoas, para este ficar mais próximo de sua família (Rio Branco: 1902a; Rio Branco: 1902c). Em outros casos, no mesmo período, nada fez.

Um dos capítulos mais importantes da política de patronagem do barão foi sua ação no recrutamento do Itamaraty, e aqui Luís Cláudio também traz renovação. Gilberto Freire, com suas exageradas descrições, lançou uma versão que perdura até hoje na historiografia: a de Rio Branco senhor do Itamaraty, escolhendo seus colaboradores em conversas informais, analisando os modos e a origem familiar (Freire: 2004, 70, 177 e 584-5). A tese é parcialmente correta, pois essa liberdade não foi completa e a política de recrutamento serviu acima de tudo para avançar os interesses da política externa que desejava implementar. Isso envolvia, naturalmente, granjear legitimidade por intermédio de atender aos pedidos de cargos de parlamentares, governadores, ministros e jornalistas influentes. Luís Cláudio apresenta o caso particularmente relevante de Pedro Leão Veloso Neto, filho de um dos maiores desafetos do ministro.

## O futuro dos estudos sobre Rio Branco: a questão do acervo histórico

A biografia *Juca Paranhos* será um marco na nossa historiografia. Há, no texto, uma série de questionamentos a serem aprofundados, além da urgente necessidade de examinar os despachos das legações sediadas no Rio de Janeiro, particularmente os dos países vizinhos. Do ponto de vista das fontes no Itamaraty, há necessidade até de um debate mais amplo sobre a constituição do acervo de Rio Branco. Todos que se debruçam sobre a obra do Barão usando as fontes primárias organizadas pelo Itamaraty em 1951 o fazem como uma janela para entender o passado. Poucos estão cientes que, na barafunda de seus papéis pessoais, o próprio diplomata foi exímio mestre na atividade de direcionar o nosso olhar para esse período. Ele criou a moldura e os vitrais que ao mesmo tempo distorcem e possibilitam a nossa compreensão sobre o passado.

Villafañe, em determinado momento do livro, por exemplo, denomina como “sugestiva” uma lacuna no acervo de correspondência do Barão (Santos: 2018, 167). Ele tem razão em apontar essa questão. Um fato objetivo é que ao encontrarmos a correspondência de Rio Branco em outros acervos, ocasionalmente não é possível identificar a resposta de seus interlocutores no Itamaraty.

Há duas hipóteses aqui: o trabalho do próprio barão e a organização de seu acervo após sua morte. Na primeira, deve-se ressaltar mais uma vez o cuidado de Rio Branco em confeccionar sua autoimagem, algo que teve reflexo na forma como se comunicava e, por consequência, nas fontes do período. Álvaro Lins publicou em sua biografia uma carta a um sobrinho na qual o futuro chanceler o critica por colocar informações sensíveis em telegramas – “são vistos e lidos pelos empregados do telégrafo em Pernambuco” (Lins: 1996, 463). O uso de assessores (Pecegueiro do Amaral, Domício da Gama, Araújo Jorge e outros) para comunicar-se com ministros e políticos foi uma forma de trabalhar nos bastidores, mas que legou uma situação difícil do ponto de vista das fontes.

A consolidação do acervo do barão passou por várias fases e, até a década de 1990, observamos adições ao núcleo original. A disposição hodierna reflete os trabalhos executados por ocasião do centenário do seu nascimento. A equipe de diplomatas que atuou na organização – da qual fizeram parte Sérgio Corrêa da Costa e Carlos Calero Rodrigues – gerou as bases para o acervo atual

(Napoleão: 1951). Uma das grandes dificuldades do esforço foi o fato de a documentação estar pulverizada no arquivo. A parte de correspondência, na nova organização, por exemplo, foi criada com a extração de parte do acervo da série “Diversos no interior – Particulares”. Percebe-se que a lógica era consolidar tudo que fosse de autoria do barão ou que fosse direcionado para ele em seu acervo. Essa iniciativa de extração, contudo, não foi completa – o que dificulta a pesquisa.

Em 2012, no ano de centenário da morte de Rio Branco, Luís Cláudio demonstrou a expectativa que os documentos estivessem em breve na internet à disposição de qualquer cidadão. Este é um objetivo meritório e que certamente honraria o biografado. Antes de assumir, Paranhos definiu o arquivo como “o arsenal em que o ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate” (Rio Branco: 1902b). Mas a distância entre a retórica e a ação efetiva na área do acervo histórico do Itamaraty sempre foi grande, a despeito dos bravos esforços dos que estão imersos e esquecidos na gestão cotidiana da área. Como repetidamente afirmava Maurício Nabuco, “Quanto mais se elogia Rio Branco no Itamaraty, mais se desprezam os seus ensinamentos. Forma curiosa de idolatria”.

## Referências bibliográficas

- Amaral, Raimundo Nonato Pecegueiro do. Carta de Pecegueiro do Amaral para Luiz Bartholomeu. Petrópolis, 1º de fevereiro de 1904. Reservada. Lata 815. Maço 2. AHI-RJ. 1904.
- Carvalho, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, v. 43, n. 1, p. 83-117. 2000.
- Costa, Júlia. Carta de Júlia Costa para José Maria da Silva Paranhos. Ceará, 3 de abril de 1903. Lata 820. Maço 3. AHI-RJ. 1903.
- Duarte, Maria Barbara Belfort. Carta de Maria Barbara Belfort Duarte para José Maria da Silva Paranhos. Ribeirão Preto, 9 de janeiro de 1903. Lata 822. Maço 1. AHI-RJ. 1903.
- Edmundo, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- Figueiredo, Lucas. *O Tiradentes: uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo (2v)*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- Freire, Gilberto. *Ordem e progresso [6ª edição]*. São Paulo: Global Editora, 2004.
- Lins, Álvaro. *Rio-Branco: (o Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996.
- Nabuco, Maurício. Carta de Maurício Nabuco para Samuel Gracie. Roma, 3 de abril de 1946. Textos. AMN-RJ. 1946.
- Napoleão, Aloizio. *Arquivo do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951.
- Paiz, O. Rio Branco. *O Paiz*, 3 de dezembro de 1902.
- Rio Branco, Barão do. De José Maria da Silva Paranhos para Antonio Gonçalves Ferreira. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1902. 314/1/22. AHI-RJ. 1902a.

- Rio Branco, Barão do. De José Maria da Silva Paranhos para Frederico Abrantes. Berlim, 7 de agosto de 1902. Lata 811. Maço 1. AHI-RJ. 1902b.
- Rio Branco, Barão do. De José Maria da Silva Paranhos para Lauro Muller. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1902. 314/1/22. AHI-RJ. 1902c.
- Rio Branco, Barão do. Carta de Rio Branco para Adolfo Gordo. Petrópolis, 22 de março de 1904. Lata 825. Maço 2. AHI-RJ. 1904.
- Rio Branco, Barão do. Carta do Barão do Rio Branco para Carlos Peixoto. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1908. BR RJ AN\_Rio. ON. Cor 23.62A. 1908.
- Rodrigues, José Carlos. Correspondência passiva de José Carlos Rodrigues. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 90, n. 1, p. 9-324. 1970.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. O barão do Rio Branco e a Imprensa. *Revista Brasileira*, v. VIII-I, n. 72, p. 135-68. 2012a.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: UNESP, 2012b.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Viana Filho, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8ª edição. São Paulo e Salvador, BA: Editora UNESP e EDUFBA, 2008.